

CUSTO BRASIL E COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

José Newton Cabral Carpintéro

Resumo:

O debate sobre custo Brasil e competitividade das empresas brasileiras permite discutir diferentes aspectos envolvidos na relação custo e competitividade empresarial. O texto pretende relacionar o custo das empresas e seus determinantes com os fatores sistêmicos da competitividade a partir da análise de alguns pontos considerados como limitadores da capacidade de competir das empresas do país.

Palavras-chave:

Área temática: CUSTOS PARA COMPETITIVIDADE GLOBAL

CUSTO BRASIL E COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

O debate atual sobre “Custo Brasil” e competitividade das empresas brasileiras permite discutir alguns pontos que nos ajudam a entender a relação existente entre estes dois aspectos fundamentais à sobrevivência das empresas: custos e competitividade.

Independente do sentido ideológico, presente nas diferentes manifestações acerca do tema, principalmente em relação ao papel do Estado nas economias, cabe destacar a importância de tal discussão no sentido de se estabelecer os vínculos entre custos e competitividade empresarial.

O objetivo deste texto é relacionar os diferentes aspectos envolvidos na discussão sobre custos, competitividade empresarial e competitividade sistêmica.

Neste sentido o texto pretende discutir os seguintes pontos:

- Os diferentes conceitos de competitividade;
- As novas bases da competitividade;
- Custos e competitividade nas empresas;
- Custo Brasil e competitividade.

♦ Os diferentes conceitos de competitividade

Diferentes autores têm discutido a competitividade e seus vários aspectos. Em recente trabalho, Muller (1995) analisa estas diferentes abordagens:

“A literatura sobre competitividade abarca um leque de definições, que vão desde as centradas nos aspectos econômicos até as que tentam articular os aspectos tecnoeconômicos, sociopolíticos e culturais do processo competitivo. As diferenças surgem da maneira de examinar as relações entre desenvolvimento e competitividade”¹.

Iniciando pela discussão do processo competitivo sabemos que sua essência é a concorrência que se constitui na principal forma de interação entre as empresas. A concorrência deve ser vista “como parte integral, inseparável do movimento global de acumulação de capital” e o “motor básico da dinâmica capitalista”². Este processo se dá no mercado, lugar da concorrência capitalista, não devendo ser visto portanto o mercado como instrumento de ajuste ao equilíbrio, no qual seriam eliminadas as diferenças entre os concorrentes, antes pelo contrário, é onde as diferenças são exercidas, não constituindo meras exceções as imperfeições ou falhas de mercado. Como a estratégia principal das empresas é inovar para se diferenciar dos concorrentes, a competitividade (capacidade de competir) depende, portanto, da capacidade de inovar, no seu sentido mais amplo. Conforme destaca Coutinho (1992): “Um dos componentes principais da capacidade de inovar reside na capacidade de produzir com eficiência máxima, o que depende de um conjunto de fatores, tais como organização do processo de trabalho, gestão de estoques, suprimentos, capacidade de engenharia aplicada, qualificação e empenho da força de trabalho, técnicas e métodos de controle de qualidade, etc, que em última instância resultam de uma elevada capacidade de coordenação gerencial”³.

¹ Muller, Geraldo (1995)

² Possas, Mário (1985)

³ Coutinho, Luciano (1992)

Por sua vez, a capacidade de inovar depende de condições específicas de cada setor (tecnológicas, produtivas e de mercado) e do ambiente econômico (infraestrutura física e social, instituições e aparato regulatório).

Em relação às condições específicas de cada setor, que determinam a capacidade de inovar, a competitividade da empresa seria medida pelo seu grau de participação no mercado em que atua e função da adequação das estratégias das empresas ao padrão de concorrência vigente naquele mercado; em cada mercado vigoraria um dado padrão de concorrência definido a partir da interação entre estrutura (número e porte das empresas; relação capital/trabalho; grau de diferenciação do produto; economia de escala e escopo) e condutas dominantes no setor (investimento, vendas, inovação, etc).

Quanto ao ambiente econômico, outro fator determinante da capacidade de inovar, é composto por fatores tais como infraestrutura física e social, instituições, políticas e aparato regulatório. Neste sentido as diferentes políticas visando maior competitividade devem atuar sobre o ambiente competitivo com o objetivo de manter sob pressão competitiva constante as diferentes estruturas de mercado. Esta pressão competitiva visa a adoção de estratégias duradouras de investimento para aumentar a competitividade através de maior eficiência e maior inovatividade, características de longo prazo, em contraposição às estratégias defensivas tradicionalmente usadas como redução de custos e preços na busca de resultados imediatos.

Assim a pressão competitiva supõe regras de política industrial, tecnológica, tarifária e creditícia que não só exponha as empresas à concorrência interna e externa mas também as induzam e estimulem a capacitar-se, numa perspectiva de longo prazo, à maior eficiência produtiva e capacidade de inovação.

Ou como aponta Possas (1995): “A promoção de competitividade em sua dimensão sistêmica deve passar de forma essencial, ainda que não exclusiva, pela conformação de um ambiente competitivo para o qual se requer um conjunto de regras, instituições e cultura empresarial que mantenham os mercados em geral submetidos a constante pressão competitiva”⁴.

Nesta perspectiva, concorrência e competitividade seriam “intercambiáveis”, ou podendo também ser identificada como “capacidade para competir”. O melhor entendimento parece ser aquele feito através de um mapa ou “uma rede de conceitos articulados cujo objetivo é o mesmo com qualquer definição do termo: conquistar, manter e ampliar a participação nos mercados”⁵.

As diferentes definições mostram distintos interesses e preocupações bem como distintas bases teóricas, chegando até a complementarem-se. Outras diferenças surgem quando se estudam as relações entre desenvolvimento e competitividade, não só teóricas mas também relativas a estratégias, políticas e valores sociais.

Para a relação que se pretende neste artigo, entre custos e competitividade, a percepção destas diferenças é fundamental, conforme discutiremos em seguida. Neste aspecto interessa estudar também a competitividade do ponto de vista sócio-cultural, verificando a relação entre eficiência, produtividade, competitividade e melhoria do nível de vida dos cidadãos.

Um dos autores que tem trabalhado com este enfoque, Porter (1991), aponta o seguinte: “Minha teoria começa nas indústrias e concorrentes individuais e desenvolve-se até

⁴ Possas, Mário (1995)

⁵ Muller, Geraldo (1995)

a economia como um todo... A teoria que se expõe neste livro pretende capturar a grande complexidade e riqueza da competitividade atual, e não abstrair-se disto... Pretendo integrar os diversos elementos que influem no comportamento e crescimento das empresas. O resultado é um enfoque holístico, cujo nível de complexidade poderia parecer um pouco incômodo para algumas pessoas”⁶.

Dada a importância sempre presente nas diferentes análises, do ambiente competitivo ou do meio ambiente em que atua, para o entendimento da competitividade das empresas, cabe discutir outros aspectos da competitividade, ou as novas bases da competitividade.

◆ As novas bases da competitividade

A competitividade tem sido tratada dentro de novas bases que incluem duas características principais: sua dimensão sistêmica e sua independência em relação a dotação de fatores e de recursos naturais.

Quanto à sua dimensão sistêmica baseia-se na constatação de que a competitividade “não se sustenta exclusivamente no dinamismo e na agilidade gerencial e inovacional da empresa privada, muito embora esta não tenha deixado de ser o veículo - chave de concretização da inovação tecnológica, isto é, da aplicação comercial, em escala econômica, de avanços científicos traduzidos em novos processos e produtos, a inovação privada flui com maior dinamismo nas economias em que a presença de ‘externalidades’ benígnas combina-se com a interação acentuada entre a empresa privada e as instituições públicas de ciência e pesquisa aplicada (universidades, institutos, centros de pesquisa)”⁷

O segundo aspecto importante da competitividade, diz respeito à sua independência em relação à dotação de fatores e de recursos naturais, tendendo “a ser cada vez mais um resultado de estratégias privadas e/ou públicas de investimento com inovação”⁸.

Esta visão sistêmica da competitividade e da integração entre as estratégias das empresas e seu meio ambiente pode ser vista em diferentes autores.

Fajnzylber (1988) ⁹ aponta: “No mercado internacional competem não só empresas; confrontam-se também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organismos sociais, em que a empresa constitui elemento importante mas integrado a uma rede de vinculações com o sistema educacional, a infraestrutura tecnológica, as relações gerentes/trabalhadores, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro, etc.”

Assim, a competitividade nacional seria a capacidade de um país para sustentar e expandir sua participação nos mercados internacionais e elevar simultaneamente o nível de vida de sua população; neste sentido exige incremento da produtividade e incorporação do progresso técnico.

Aponta no entanto que outros caminhos poderiam ser usados, com o mesmo objetivo (aumento de participação nos mercados internacionais): desvalorização da moeda (política cambial); uso da mão-de-obra barata; linhas subsidiadas de crédito. Estes caminhos levariam à chamada “competitividade espúria”, pois reduzem a renda per capita

⁶ Porter, Michael (1991)

⁷ Coutinho, Luciano (1992)

⁸ Coutinho, Luciano (1992)

⁹ Fajnzylber, Fernando (1988)

não elevando o nível de vida da população; a longo prazo esta “competitividade” é anulada por seus efeitos nocivos à própria sociedade.

A competitividade autêntica seria baseada em fatores como:

- manutenção e elevação do ritmo dos investimentos;
- destinação de recursos para investimento (por parte das empresas, setor financeiro e governo);
- políticas geradoras de emprego;
- melhoria nas relações industriais (gerentes X trabalhadores);
- organização empresarial (cooperação entre empresas);
- infraestrutura educacional e de pesquisa e desenvolvimento;
- estrutura setorial e absorção do progresso técnico;
- uso adequado de instrumentos de política e a dimensão institucional.

Outro autor¹⁰, aponta os mesmos caminhos, apenas com ênfase diferente na importância dos fatores determinantes da vantagem ou competitividade nacional, e assim o sistema completo de competitividade nacional seria composto por:

- estratégia, estrutura e rivalidade da empresa: contexto que incentive as melhorias apropriadas e investimentos sustentados; vigorosa competição entre grupos de rivais;
- condições dos fatores (mão-de-obra, recursos naturais, capital, infraestrutura); quantidade; qualidade e especialização dos fatores;
- condições da demanda: um grupo essencial de clientes locais exigentes, clientes cujas necessidades antecipem as da região;
- setores conexos de apoio; massa crítica de fornecedores locais capazes; aglomerados ao invés de setores isolados;
- governo; políticas governamentais;
- casualidade.

Parece inegável o caráter sistêmico da competitividade e a importância da integração das ações dos diferentes agentes (empresas privadas nacionais e estrangeiras, empresas públicas e Estado) na busca desta competitividade.

◆ Estrutura de custos e competitividade empresarial

Os custos de uma empresa estão relacionados com a aquisição, utilização e reposição contínuas de recursos produtivos, ou seja, são os gastos realizados pela empresa durante seu ciclo de atividades -compra, transformação e venda, armazenamento, divulgação, distribuição - e que deverão ser recuperados quando do recebimento das vendas de seus produtos ou serviços.

“A partir da classificação dos custos de acordo com a estrutura funcional da empresa (Fabricação ou Produção, Administração e Comercialização ou Vendas, Distribuição, Finanças, Tributação, etc) ; de acordo com sua variação com o volume de produção e vendas (fixos ou variáveis) e de acordo com sua caracterização no produto (diretos ou indiretos) ou ainda de acordo com a relação com o fluxo de saídas de caixa no período (desem-

¹⁰ Porter, Michael (1991)

bolsos ou imputados) é possível construir instrumentos básicos de dimensionamento, análise e controle estratégico de custos e resultados referentes ao movimento das empresas em períodos determinados.”¹¹

Um instrumento básico de análise de custos é a estrutura de custos e sua montagem permite: acompanhar a evolução da participação dos diferentes gastos no conjunto das atividades da empresa; estabelecer estratégias específicas para gerenciar os principais grupos de gastos; estudar os métodos mais adequados para a apropriação de custos aos produtos fabricados e vendidos pela empresa.

Como instrumento de dimensionamento e controle de custos a estrutura de custos mostra o peso relativo de cada item de custo no total dos gastos da empresa num dado período. Reflete o padrão tecnológico, a quantidade de pessoas ocupadas nas diferentes atividades, a estrutura administrativa, a estrutura comercial, a política de investimentos, a política de compras, a política de vendas ou as práticas comerciais do setor, etc.

Específica de cada empresa, a estrutura de custos reflete todas as características internas e as relações com seu meio ambiente operacional, revelando as diferenças de estrutura e estratégia entre os diferentes empreendimentos.

“A comparação da estrutura de custos com a estrutura de receitas permite obter o resultado econômico do período”¹². A relação deste resultado com o investimento realizado indica a rentabilidade ou taxa de retorno da empresa, objetivo básico dos empreendimentos capitalistas. Os dois elementos básicos da taxa de retorno, a margem de lucro e a rotação do capital estão diretamente ligados à estrutura de custos e receitas, e expressam tanto a inserção da empresa no mercado, seu poder econômico, quanto suas políticas e estratégias.

A rentabilidade das empresas reflete portanto suas margens de lucro (relação entre lucros e receitas de vendas) que resulta de políticas de preços, controle de custos, composto/estratégia de vendas, poder de mercado, etc, e a rotação de capital (produtividade dos recursos investidos e igual à relação entre receitas de vendas e capital investido) que resulta de política de investimentos, estrutura de capital, política de estoques, relacionamento com fornecedores, intermediários e clientes, processo produtivo, etc.

De uma maneira bem simplificada, pode-se afirmar que a prática de uma política de elevadas margens de lucro pode significar, além de exercício de poder de mercado, uma visão de curto prazo frente à possibilidade de atrair concorrentes para o setor; a prática de altas rotações do capital indicaria estratégias mais ofensivas ou duradouras por representarem maior dificuldade de imitação por parte da concorrência e por representarem o estabelecimento de bases mais estáveis ao exercício efetivo de inovações tecnológicas, produtivas, gerenciais, comerciais por parte das empresas. Seriam estas as empresas mais competitivas, no sentido de buscarem maior participação no mercado através de políticas e estratégias inovadoras, na busca de vantagens competitivas frente aos concorrentes; estariam praticando estratégias ofensivas de longo prazo no sentido de conquistar e manter mercados através de vantagens competitivas duradouras ou estruturalmente mais sólidas.

Existe uma relação entre rentabilidade e participação no mercado (indicador da competitividade das empresas), ou seja, entre a busca de maior participação nos mercados e o retorno das empresas, e entre as diferentes explicações para esta relação destacam-se as economias de escala e escopo (em compras; fabricação; marketing; outros componentes de custo e curva de experiência); poder de mercado (administração ou política de preços) e

¹¹ Vasconcelos, Luiz Antonio T. (1995)

¹² Carpintéro, J. N. C. (1982)

qualidade da administração (controle de custos; eficiência operacional; políticas e estratégias em geral).

Ainda em relação a este ponto, vale citar que recente relatório da SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e de Globalização Econômica) publicado na Revista da Indústria da FIESP- SP, mostra que as multinacionais americanas obtiveram no Brasil o maior índice de rentabilidade sobre o patrimônio (12,09%) em comparação com o Canadá (3,33%) e na América Latina (7,13%) e México (9,12%).

A estrutura de custos e receitas, e consequentemente seus resultados, refletiriam portanto as diferenças de comportamento destas empresas e sua capacidade de inovar (do ponto de vista tecnológico, organizacional, nas relações com fornecedores e clientes, nas técnicas gerenciais, nas relações com a mão-de-obra, etc) que resultaria em vantagens competitivas, ou maior competitividade.

A capacidade de interagir com seu ambiente ou a economia em que está inserido e seus diferentes agentes (privados e públicos), através de diferentes políticas e estratégias determinaria sua competitividade.

◆ Custo Brasil e competitividade

Caberia agora a referência aos diferentes aspectos levantados como Custo Brasil e que constituiriam impedimentos à maior competitividade das empresas brasileiras. A que os empresários se referem quando se remetem ao Custo Brasil e da consequente falta de competitividade de suas empresas.

Um documento publicado pela CNI intitulado “Competitividade para Crescer”¹³, cita explicitamente “É necessário agilizar a redução do Custo Brasil” e resume os seguintes fatores:

“Redução Custo-Brasil:

- Desoneração das exportações e dos investimentos;
- Adequação dos custos de financiamento de capital de giro e de bens de produção aos níveis internacionais;
- Infra-estrutura;
- Redução do custo do trabalho;
- Desregulamentação;
- Educação.”

Se tomarmos os pontos levantados, podemos destacar as características principais dos argumentos apresentados.

- Desoneração das exportações e dos investimentos: refere-se principalmente à incidência de encargos fiscais sobre produtos e serviços exportados e investimentos das empresas.
- Adequação dos custos de financiamento de capital de giro e de bens de produção aos níveis internacionais:
 - refere-se a aspectos tributários, regulatórios, fiscais e monetários que encarecem o custo financeiro para os tomadores de empréstimos destinados ao financiamento das atividades produtivas

¹³ CNI (1997)

- Infra-estrutura:
 - refere-se à remodelação/modernização de estradas, portos, aeroportos, telecomunicações; etc.
 - junta-se à questão da qualidade e custos destas áreas a idéia de privatização dos serviços como energia, telecomunicações, portos.
- Redução do custo do trabalho:
 - refere-se principalmente aos chamados “encargos sociais”; a competitividade do setor empresarial estaria sendo muito onerada pela alta incidência dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos.
- Desregulamentação
 - refere-se ao “excesso de controle ou intervenção” do Estado na vida dos cidadãos;
 - aqui também faz-se referência ao excessivo poder normativo da justiça do trabalho, buscando-se a flexibilização do mercado de trabalho.
- Educação
 - refere-se à importância da educação para a competitividade do país, mas aponta como prioritário ao governo o investimento no ensino fundamental, desonerando o Estado do ensino superior.

Custo Brasil pode ser entendido inicialmente como o custo associado a produtos e serviços que só podem ser produzidos no Brasil, não podendo ser importados: custo de transportes, custo de habitação, custo de educação, custo de segurança, financiamentos, tributos, etc.

Alguns dos fatores apontados em estudos deste tipo relacionam-se diretamente ao que tem sido chamado Custo Brasil: o custo dos financiamentos, por sua relação direta com o custo financeiro das empresas; o custo da infraestrutura, ligado diretamente ao custo do transporte de mercadorias; a educação pelo impacto direto na qualificação da mão-de-obra e sua produtividade.

Mesmo colocada de forma aparentemente ampla (Custo Brasil) as reclamações centram-se em aspectos relacionados essencialmente a custos e preços, refletindo portanto uma visão de curto prazo, e apenas aparentemente sistêmica, no sentido de sua amplitude ou alcance das medidas propostas.

Cabe lembrar que a produtividade das empresas no uso de seus recursos também está ligada ao acesso adequado e custo destes recursos: matérias-primas; mão-de-obra; recursos financeiros; etc. Assim, qualquer influência, direta ou indireta, no aumento do custo destes recursos tem influência, imediata, no custo das empresas e na sua rentabilidade.

Do mesmo modo que o estudo citado, outras análises¹⁴ apontam mudanças estruturais na economia brasileira como fundamentais para aumentar o nível de competitividade no País: reformas tributária, de previdência e administrativa.

O objetivo deste texto é levantar os diferentes aspectos abordados, relacionados ao custo, competitividade das empresas e competitividade nacional, e neste sentido não se pretende uma análise aprofundada das diferentes propostas apresentadas, mas apenas uma discussão sobre aspectos que ajudem a entender a relação.

Um destes aspectos constantemente citado seria o da carga tributária das empresas.

¹⁴ FIPE (1997)

A questão tributária envolve aspectos bastante complexos, principalmente quando se avalia seu efeito sobre a competitividade das empresas. Os diferentes estudos apontam que a solução não passa simplesmente pela redução das alíquotas ou eliminação de tributos, apontando-se que a concepção geral do sistema está próxima dos padrões internacionais, sendo importantes mudanças ligadas à operação do sistema (da regulamentação legal à administração fiscal, e destacando-se que para a competitividade das empresas cabe atenuar e evitar a profunda disparidade na tributação por setor, empresa e produto. Neste sentido apresentam-se propostas de redução da taxação das exportações e dos bens intermediários e de capital e ampliação da taxação sobre o consumo final, ou ampliação da tributação indireta sobre o consumo interno e o valor adicionado. Este seria o caminho mais adequado para conciliar aumento de receita, combate à sonegação com seletividade na incidência e também efeito mínimo sobre a alocação dos fatores econômicos e o investimento. Apesar do custo em termos de burocracia e complexidade do sistema, o retorno seria válido quanto à competitividade industrial.

As empresas brasileiras não diferem das empresas localizadas em outros países e são tributadas pelos mais diferentes fatos - quando produzem e vendem, ganham em aplicações financeiras, pagam salários, geram e distribuem lucros, possuem propriedades, etc. - o que torna a realidade das empresas brasileiras diferente - constituindo fator importante para a competitividade industrial - é a complexidade do sistema que acaba impondo tratamento tributário diferenciado por setor, região e entre empresas de um mesmo setor.

Tomando-se empresas de um mesmo setor, região, porte e padrões de custos e vendas, podem sofrer carga tributária diferente em função do comportamento de cada uma quanto ao planejamento tributário, questionamentos na Justiça relativos à cobrança e aumentos de um tributo, atrasos em seu recolhimento e da simples sonegação. Estudos publicados pela Revista Exame (“Maiores e Melhores”) mostram relação impostos/vendas muito diferentes dentro de um mesmo setor de atividade. Estudos técnicos da Receita Federal também apontam impactos muito diferentes por setor.

Assim o tratamento diferenciado até de empresas de um mesmo setor indica que o problema inicial para a análise da questão tributária à luz da competitividade industrial é a mensuração da carga de tributos efetivamente imposta a um setor, empresa e produto. As alíquotas efetivas estão muito distantes das alíquotas nominais, tanto no nível macroeconômico, como por setor e empresa. A prática de formular diagnósticos e propostas tendo como referência as alíquotas nominais ou a arrecadação potencial fica desprovida de sentido frente a esta realidade.

Deve-se lembrar ainda o papel da carga tributária no financiamento do setor público, garantindo os reclamados requisitos para a competitividade sistêmica...Sua elevação a curto prazo mostra-se quase impossível para honrar compromissos na área social e na recomposição da infra-estrutura como sempre reclamados. A elevação da carga só se tornaria compatível com a retomada do crescimento e ampliação das bases de tributação.

Outro aspecto importante bastante analisado diz respeito à adequação dos custos de financiamento de capital de giro e de bens de produção aos níveis internacionais, sabe-se que o crédito no Brasil é caro e concentrado no curto prazo; outro aspecto importante é a inexpressiva oferta voluntária de empréstimos de médio e longo prazo pelo sistema bancário, bem como a possibilidade de financiamento por emissão de ações e de outros títulos de dívida, frente ao reduzido tamanho do mercado de capitais.

Mesmo com os avanços ocorridos na desregulamentação do mercado financeiro não ocorreu a diversificação e flexibilização esperada no crédito; a pequena diversificação dos instrumentos de financiamento das empresas, pode ser explicada inclusive pela reduzida demanda por recursos de terceiros e pelos altos juros praticados pela política monetária. A questão principal parece ser a condução progressiva da massa de recursos de alta liquidez das próprias empresas para aplicações e financiamento de médio e longo prazo.

Da mesma forma a redução dos juros, por mais desejável que possa ser para a melhoria das condições de competitividade da empresa brasileira, deve ser parte de uma política financeira mais ampla, com ênfase em mecanismos de médio e longo prazo, devendo ser articulada com a recuperação dos investimentos. Ao mesmo tempo a definição de uma política de financiamento de longo prazo é fundamental numa estratégia direcionada para a modernização competitiva da empresa brasileira.

Além da importância decisiva do mercado de capitais, destacam-se em outros países instituições especiais de crédito (em geral públicas) atuando no fomento a setores específicos (agropecuária, construção imobiliária, comércio exterior, pequenas e médias empresas, desenvolvimento regional, tecnologia), a partir de fontes de recursos específicas.

Estas instituições constituem elemento básico de estratégias indutoras de modernização e competitividade empresarial, em função de sua presença mesmo em países onde o sistema financeiro e o mercado de capitais são maduros.

Diferentes estudos propõem incentivar a participação dos investidores institucionais (fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimento de curto prazo) na alavancagem do mercado de capitais bem como o fortalecimento do próprio mercado de capitais (títulos de renda fixa e emissão de ações; maior transparência do mercado e proteção dos acionistas minoritários; estímulo crescimento de fundos mútuos de ações e da participação dos empregados no lucro sobre a forma de ações; aumento do rigor quanto a práticas lesivas no mercado); avanço do processo de securitização como mecanismo importante para alavancar recursos de forma menos custosa para investimento e capital de giro; constituição de garantias para financiamentos a micro, pequenas e médias empresas; dada a importância do processo de terceirização para a modernização competitiva da indústria, torna-se importante a constituição de fundo (com recursos públicos e privados) para fornecer garantias ao crédito (ou securitização) para este segmento empresarial.

A questão da infraestrutura, outro ponto de reclamação generalizada, deve ser vista tanto do ponto de vista físico quanto tecnológico, ou seja, a “disponibilidade de infraestrutura em condições adequadas de operação e custos - notadamente em transportes, energia e telecomunicações - constitui fator fundamental de competitividade sistêmica, encarado tradicionalmente como gerador de externalidades para a indústria. Menos tradicional, porém cada vez mais importante é a infraestrutura tecnológica como elemento sistêmico de competitividade, especialmente num contexto em que passam a predominar novos paradigmas intensivos em ciência e tecnologia complexa...”¹⁵

Outro ponto que merece destaque é o custo do trabalho. Inclui-se como encargos sociais, para compará-lo de forma errada aos padrões internacionais, itens como repouso semanal e outros itens de mesma natureza, já incorporados ao salário contratual há muitas décadas no Brasil e no mundo. Porém, independente desta discussão, todos sabemos que o custo por hora trabalhada no Brasil é dos mais baixos do mundo (cerca de US\$ 2,50 incluindo os pagamentos indiretos e encargos tributários).

¹⁵ ECIB (1994)

Parece claro que os custos de mão-de-obra dificilmente seriam responsáveis pela falta de competitividade das empresas brasileiras. Junta-se a esta questão do custo dos encargos a reclamada flexibilização do mercado de trabalho (reduzindo custos de contratação e dispensa, por exemplo). Cabe lembrar que o mercado de trabalho no Brasil já é extremamente flexível e que o grau de informalidade do emprego atinge mais de 1/3 da mão-de-obra empregada.

Assim, a proposta de redução de custos via aumento da flexibilidade, independente do sempre necessário aperfeiçoamento das normas que regulam as relações capital/trabalho, levariam ao aumento da exploração da força de trabalho e eliminação das pequenas conquistas sociais dos trabalhadores, reconhecido pelo próprio empresariado, como fundamental no processo de reestruturação das empresas e na busca de maior competitividade.

Ao lado destas questões envolvendo aspectos tributários, financeiros e de infraestrutura que dizem respeito aos custos das empresas e sua produtividade e competitividade, existe um verdadeiro jogo de palavras e uma discussão que transcende a relação custo e competitividade.

Neste sentido, pode ser vista a questão da Desregulamentação e mesmo da Educação.

“Quanto à Educação, cabe lembrar que se a meta for maior competitividade sistêmica, deve-se procurar a elevação do nível de escolaridade da população como um todo, frente à crise do sistema educacional brasileiro que afeta a economia como um todo. Diferente das soluções típicas do período fordista, os problemas de qualificação do trabalhador não se resolvem mais por tentativas isoladas ou setoriais e nem pelo atendimento apenas parcial da população em idade escolar. ... o mais racional e eficaz é o investimento e a colaboração com os sistemas públicos de ensino”¹⁶, em todos seus níveis.

No mesmo sentido a reestruturação do ensino, mais que apenas prover mão-de-obra qualificada aos novos padrões de produção deve atentar para aspectos que atendam os novos padrões de competitividade, e considerar aspectos como: baixa escolaridade dos trabalhadores em geral; novas formas de articulação entre o sistema produtivo e o sistema educacional, visando elevar a escolaridade e qualificar as pessoas; dividir responsabilidade entre escola e empresa cabendo inicialmente para estas a qualificação e profissionalização da mão-de-obra.

Finalmente, a questão da Desregulamentação, da forma como é apresentada nos diferentes estudos empresariais, aponta apenas uma visão ideológica sobre o papel no Estado nas economias, uma visão liberalizante (e destruidora) em contraposição ao modelo intervencionista até então adotado. Em nome de uma pretensa “modernização” e reestruturação do Estado, acredita-se e divulga-se a idéia de um Estado mínimo, que não intervenha na vida dos cidadãos.

Mesmo podendo-se concordar com o esgotamento de um padrão de atuação e regulação do Estado junto à economia (intervindo nos mercados; usando indiscriminadamente incentivos fiscais e creditícios; protegendo ilimitadamente mercados; etc) que teve uma função importante para a etapa anterior, não se deve esquecer que nos países avançados, o Estado agiu e continua agindo de maneira forte e ativa, e de diferentes maneiras e com diferentes instrumentos continua a ser extremamente importante como provedor de

¹⁶ Salm, Cláudio (1993)

condições sistêmicas de competitividade, através de ações integradas e articuladas com os demais agentes econômicos.

Considerando o caráter sistêmico da competitividade, ressaltado por todos os estudos aqui apresentados, cabe dizer que longe de pensar apenas o afastamento do Estado brasileiro das atividades empresariais como um fator de redução do Custo Brasil, dever-se-ia ressaltar seu papel fundamental no estabelecimento das novas condições sistêmicas da competitividade atual, em especial através da regulação da atividade econômica, das relações de concorrência e das relações de trabalho (através de leis, normas e políticas que visem a defesa da concorrência e do consumidor; a defesa do meio ambiente; a proteção da propriedade intelectual; regulação do capital estrangeiro no país; regulação das relações de trabalho) promovendo efetiva pressão competitiva nos mercados e estimulando assim a competitividade.

Quanto às empresas, devem buscar preparar-se, tanto quanto o Estado, para cumprir suas novas funções, ultrapassando as tradicionais ações defensivas (de redução de custos e corte de pessoal) na direção de estratégias efetivamente inovadoras, capacitando-se tecnológica e gerencialmente, mobilizando recursos, aproveitando sinergias e estabelecendo parcerias e alianças, que as tornem modernamente competitivas.

BIBLIOGRAFIA

- BACIC, Miguel Juan & CARPINTÉRO, José Newton C. (1997) - Sistemas Nacionales de Innovación: Papel de la Gestión por la Calidad Total y de la Gestión Estratégica de Costos - Anais do V Congresso Internacional de Costos, Acapulco, México - Julho 1997.
- CARPINTÉRO, José Newton C.; BACIC, Miguel e MARTINEZ, J. W. - Introdução ao Custo e aos Sistemas de Custeio - 1982 - Unicamp - mimeo.
- CNI (1996) - Competitividade para Crescer - Revista da Confederação Nacional da Indústria, 29, Agosto 1996.
- COUTINHO, Luciano (1992) - A Terceira Revolução Industrial - Revista Economia e Sociedade - Instituto de Economia - Unicamp.
- ECIB (1994) - Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Coutinho, L. coordenação et alii - Unicamp, Campinas, Brasil - Ed. Papirus e Unicamp.
- FAJNZYLBBER, Fernanco (1998) - Competitividad Internacional: Evolución y Lecciones - Revista de La CEPAL, 36 - Santiago Chile - CEPAL.
- FIPE (1997) - Quanto Custa para o País a não Realização das Reformas Tributária, da Previdência e Administrativa - in Revista da Indústria - Ano 2, 47 - Junho 1997.
- MULLER, Geraldo (1995) - El Caleidoscopio de la competitividad - Revista de La CEPAL 56, agosto 1995, Santiago de Chile, CEPAL.
- PORTER, Michael (1991) - La ventaja comparativa de las naciones - Buenos Aires - J. Vergara Editor S. A..
- POSSAS, Mário (1985) - Estruturas de Mercado em Oligopólio, São Paulo - Hucitec.
- POSSAS, Mário (1995) - Competitividade: Fatores Sistêmicos e Política Industrial - IEI - mimeo.
- SALM, Cláudio et alii (1993) - Meta Técnica Final do Bloco Temático Condicionantes Sociais da Competitividade; Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Campinas.

VASCONCELOS, Luiz Antonio T. - Aspectos da Gestão Estratégica de Custos: Principais Questões Conceituais e Práticas - in Anais do IV Congresso Internacional de Custos, Unicamp, Campinas, Brasil, outubro 1995.